

REFLEXÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO SISTEMA EDUCACIONAL HAITIANO, À LUZ DA PSICOLOGIA ESCOLAR BRASILEIRA

REFLECTIONS ON SCHOOL PSYCHOLOGY IN THE HAITIAN EDUCATIONAL SYSTEM, IN THE LIGHT OF BRAZILIAN SCHOOL PSYCHOLOGY

Alexandre Morency¹
Rayanne Linhares Azevedo²
Regina Lúcia Pedroza Sucupira³

RESUMO: Este artigo analisou a situação da psicologia escolar no sistema educacional haitiano e identifica as possibilidades de integração, a partir de práticas desenvolvidas no Brasil. A pesquisa foi desenvolvida de forma qualitativa, a partir da análise documental e da interpretação teórica. A psicologia escolar no Haiti ainda não é reconhecida ou integrada ao sistema educacional. É, geralmente, considerada uma disciplina elitista. As escolas não dispõem de psicólogos escolares. Após o terremoto de 2010, percebemos a relevância das abordagens psicológicas para ajudar as vítimas e reconstruir o sistema educativo. O contexto educacional haitiano apresenta desafios, como a falta de estruturas formais para a psicologia escolar, o fracasso escolar e o abandono dos estudos. Esses desafios são distintos da realidade brasileira, onde a psicologia escolar está bem regulamentada, com a Lei 13.935/2019 exigindo a presença de psicólogos nas escolas públicas. A análise também revelou que as abordagens brasileiras estavam de acordo com a realidade haitiana, considerando os contextos sociais, políticos e econômicos dos dois países. É crucial estabelecer estruturas institucionais, aprimorar a formação profissional e implementar políticas educativas inclusivas no Haiti. Ao implementar uma educação de qualidade, a psicologia escolar poderia contribuir não somente para a melhoria do bem-estar dos alunos e professores, mas também para uma reforma mais ampla do sistema educacional haitiano.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia escolar; Sistema educacional haitiano; Integração psicológica

¹ Doutorando em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar; Universidade de Brasília (UnB) – Programa de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar (PGPDE).
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro Brasília-DF | CEP 70910-900, Asa/Norte/Brasília – DF. E-mail: morencyalex5@gmail.com

² Doutorando em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar; Universidade de Brasília (UnB) – Programa de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar (PGPDE).
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro Brasília-DF | CEP 70910-900, Asa/Norte/Brasília – DF. E-mail: ray.linhares08@gmail.com

³ Pós-Doutorado em Sciences de l'Éducation; Universidade de Brasília (UnB) – Programa de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar (PGPDE).
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro Brasília-DF | CEP 70910-900, Asa Norte/Brasília – DF. E-mail: 57pedroza@gmail.com / rpedroza@unb.br.

ABSTRACT: This article scrutinized the state of school psychology within the Haitian educational system and identifies avenues for integration, based on methodologies cultivated in Brazil. This research was conducted qualitatively, based on documentary analysis and theoretical interpretation. School psychology is not yet recognized or integrated into the educational system in Haiti. It is generally considered to be an exclusive discipline. Schools do not have school psychologists in place. After the 2010 earthquake, we realized the relevance of psychological approaches to help victims and rebuild the educational system. The educational environment in Haiti presents challenges, such as the absence of formal frameworks for school psychology, school failure, and dropout. These challenges are different from the reality in Brazil, where school psychology is well regulated, with Law 13,935/2019 requiring the presence of psychologists in public schools. The analysis also revealed that Brazilian approaches aligned with Haitian realities, taking into account the social, political, and economic contexts of both nations. In Haiti, it is crucial to establish institutional structures, improve professional training, and implement inclusive educational policies. School psychology could contribute not only to improving the well-being of students and teachers, but to a broader reform of the Haitian educational system by implementing quality education.

KEY-WORDS: School Psychology; Haitian educational system; Psychological integration

1. Aluno do Curso de Ciências Contábeis – FAMETRO. Rua Conselheiro Estelita, 500, Centro - Fortaleza / CE - CEP 60010-260. gabrielle.fontinele@gmail.com
 2. Mestre em Controladoria e Administração pela Universidade Federal do Ceará. Docente do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Ceará. Avenida da Universidade, 2431 Benfica – Fortaleza / CE – CEP 60020180. lorena.costa@plauditores.com.br.
 3. Mestre em Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Docente do Departamento de Contabilidade da Universidade Estadual do Ceará e da UNIFOR. Avenida Dr. Silas Munguba, 1700, Campus do Itaperi – Fortaleza / CE – CEP 60.741-000. paolo.araujo@plauditores.com.br
- Cadernos da Fucamp, v.37, p.46-85 /2024

1. INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a situação atual da psicologia escolar no sistema educacional haitiano e identifica oportunidades para seu desenvolvimento, com base nas abordagens brasileiras. A Lei 13935, aprovada em dezembro de 2019, estabeleceu a psicologia escolar como uma disciplina indispensável para apoiar os alunos em seu aprendizado e desenvolvimento socioemocional, servindo como uma atividade complementar às atividades socioeducativas. A presente lei estabelece a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas brasileiras. A integração de psicólogos escolares promoveu um aumento significativo no clima escolar e nos resultados acadêmicos (Silva e Souza Junior, 2020; Silva, 2020).

A psicologia escolar ainda é pouco conhecida e, raramente, integrada às escolas haitianas, sendo, frequentemente, considerada uma disciplina elitista, assim como a psicologia propriamente dita. A presença de psicólogos escolares praticamente não existe. Diante da inexorável falta de profissionais especializados em psicologia escolar nas escolas, os professores recorrem a intervenções parapsicológicas. A maioria das propostas aborda valores morais, como o apoio psicológico aos alunos com dificuldades de adaptação. Apesar de poderem fornecer apoio emocional, um acompanhamento mais aprofundado, no sentido clínico, requer a atuação de psicólogos com formação nesta área para atender às necessidades específicas do aluno.

O terremoto que atingiu o Haiti em 2010 revelou a falta de apoio psicológico, ao mesmo tempo em que contribuiu para o surgimento da psicologia escolar no país. Este evento catastrófico despertou a consciência das pessoas afetadas, incluindo os estudantes que sofreram perturbações emocionais e educativas de todo tipo.

Após este evento, diversos atores e pensadores do sistema contribuíram para a criação de diversas universidades privadas, como a Université Franco-Haïtienne em Cap-Haïtien, que se dedicou à saúde mental das crianças e, posteriormente, organizou seminários de formação para profissionais da educação, além de programas de graduação em psicologia e psicopedagogia, acompanhados de mestrados em psicopedagogia e mestrado em psicologia do desenvolvimento da criança e do adolescente (Marty-Chevreuil e Numa, 2023).

Apesar de algumas universidades do país oferecerem cursos de pós-graduação e especialização em psicologia, ainda não há um programa de formação em psicologia

escolar para profissionais, estudantes ou para o sistema educacional haitiano. Dessa forma, a formação universitária em psicologia não atende as necessidades reais das escolas, o que resulta em um déficit de profissionais como formação específica para atuar no ambiente escolar.

A psicologia escolar apresenta os desafios que estão relacionados à sua estruturação no sistema de ensino. Sugere-se, também, formas de melhorar a integração desta disciplina nas escolas, com base nas práticas brasileiras. O objetivo é enriquecer as discussões acadêmicas e criar novas perspectivas para um apoio psicológico inclusivo e sustentável no ambiente escolar.

O artigo é dividido em três partes: uma análise do contexto educacional haitiano, uma análise das abordagens brasileiras e recomendações para a integração da psicologia escolar no Haiti, assim como para o fortalecimento dessa disciplina no Brasil.

2. Quadro teórico

A psicologia escolar desenvolveu-se nas interfaces entre os campos da psicologia e da educação, com o objetivo de profissionalizar a resposta às necessidades educativas. Ela tem um papel relevante na interseção entre estes dois campos, especialmente a psicologia e a educação. Chagas e Pedroza (2013) argumentaram que é crucial que os psicólogos escolares estejam ativamente envolvidos nos ambientes educacionais para atender às necessidades específicas dos alunos. Esta psicologia não se limita a uma abordagem clínica, mas também ajuda o desenvolvimento global de crianças e adolescentes, levando em conta as dimensões psicossociais que podem afetar o seu aprendizado e bem-estar.

Fernandes (2016) enfatiza a psicologia escolar como um campo de conhecimento e prática em que o psicólogo atua não apenas nas escolas, mas também em outros espaços educativos. Essa intervenção será realizada em conjunto com toda a comunidade educativa.

A teoria sócio-cultural de Lev Vygotsky, psicólogo russo, é bastante utilizada no sistema educacional brasileiro. Este clássico da psicologia destaca a importância da interação social para o desenvolvimento cognitivo. O psicólogo russo sustenta que o conhecimento é adquirido através da interação com pares e adultos em um contexto cultural específico, introduzindo o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que é a distância entre o que o aluno consegue realizar sozinho e o que consegue com a ajuda de um adulto ou par mais experiente. Esta teoria, em termos de psicologia da educação, permitirá que os alunos aumentem significativamente suas competências atuais

com o apoio adequado. De acordo com Zanella (1994), a ZDP é um espaço social de múltiplas trocas, sejam elas afetivas, cognitivas, sociais, etc.

3. Metodologia

A presente pesquisa consistiu em uma pesquisa qualitativa, fundamentada na análise documental de textos oficiais e revistas científicas de ambos os países. A interpretação teórica foi aplicada para analisar a informação presente nos documentos e eventos, estabelecendo uma relação entre eles com as teorias existentes. A pesquisa adotou uma análise comparativa menos sistemática entre os dois sistemas, que enfrentam desafios educativos semelhantes, como o acesso desigual à educação, a qualidade do ensino, o apoio psicológico e social, as infra-estruturas e o financiamento inadequados.

4. Sistema Educacional haitiano

Contexto do sistema educacional haitiano

O sistema educacional haitiano, que herdou as práticas coloniais, tem sofrido com a falta de reformas significativas. Desde a independência, em 1804, foram realizadas diversas tentativas para modernizar o sistema, mas os constrangimentos políticos e econômicos impediram sua implementação (Joint, 2008). Pierre (2014) aponta que as dificuldades sociopolíticas, ideológicas e institucionais do Haiti estão fortemente ligadas às deficiências do sistema educativo, que não evoluiu para atender às expectativas da sociedade haitiana. É importante salientar que esta situação está impedindo o progresso do país, impedindo-o de construir um futuro adequado à sua história.

O terremoto de 2010 agravou essas deficiências ao danificar uma grande parte das infraestruturas escolares e revelar as graves deficiências do sistema educativo haitiano (UNESCO, 2020). Apesar de a ajuda internacional ter permitido a reconstrução, a introdução de reformas sustentáveis ainda é um grande desafio. Além disso, as atuais crises socioeconômicas e políticas ainda ameaçam essas iniciativas.

Regulamentação legislativa da educação no Haiti.

A Lei Nacional de Educação, promulgada em 12 de outubro de 1999, é a base legal fundamental para a educação no Haiti. Esta lei define os objetivos da educação, a estrutura do sistema educacional e as responsabilidades de diversos agentes do setor. O objetivo é assegurar o acesso universal à educação de qualidade, estabelecendo normas para a administração das escolas, o financiamento da educação e a aplicação de recursos (Haiti, 1999).

O Marco Constitucional do Direito à Educação

A Constituição do Haiti, emendada em 2011, reconhece o direito à educação como um direito fundamental para todos os cidadãos. De acordo com o artigo 32 da Constituição, o Estado haitiano é responsável por assegurar o acesso universal a uma educação gratuita e de qualidade. Essa obrigação constitucional tem como objetivo assegurar a igualdade de oportunidades na educação, através de políticas públicas e infraestruturas adequadas para superar as diferenças e deficiências do sistema educacional (Haiti, 1987).

Desafios e disparidades no sistema educacional haitiano

A discrepância entre as políticas propostas e as implementadas, agravada por crises políticas, econômicas e sociais, além de desastres naturais, como o terremoto de 2010, que agravou as desigualdades e a pobreza (Prospère et al., 2016) As diferenças de gênero também persistem, com as meninas subrepresentadas no acesso à educação. Ménard (2013) ressalta a necessidade de políticas que abordem essas diferenças, especialmente em áreas rurais, onde as normas socioculturais restritivas tornam ainda mais difícil o acesso das meninas às escolas.

A falta de apoio psicológico nas escolas é outro problema crítico no sistema. Muitas crianças enfrentam traumas psicológicos não tratados, o que afeta negativamente seu bem-estar e seu desempenho acadêmico. A falta de psicólogos contribui para as elevadas taxas de evasão escolar e dificuldades de aprendizagem (Marty-Chevreuril e Numa, 2023). Além disso, a intervenção dispersa de organizações internacionais e a falta de regulamentação prejudicam a eficiência das iniciativas educacionais, o que torna urgente que sejam feitas reformas que promovam uma educação mais equitativa e eficiente (Prospère et al., 2016).

Desigualdades na educação e crescimento do setor privado.

O crescimento do setor privado na educação haitiana aumentou as diferenças entre os alunos de escolas públicas e particulares. Em 2023, o Haiti iniciou um censo geral das escolas. De acordo com as informações atualizadas, 18.064 escolas, 268.546 alunos e 97.051 professores se inscreveram na plataforma online do Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional. O relatório apresenta um percentual de 18,3% de escolas públicas contra 81,7% de escolas privadas. Dentre os estudantes, 51,5% são mulheres e 48,5% são homens (Haiti, 2023).

Essa distribuição obriga uma grande parcela da população haitiana a matricular seus filhos em escolas públicas, que geralmente cobram taxas, o que resulta em uma alta taxa de evasão escolar e interrupções significativas na matrícula e na participação (UNESCO, 2020; Haiti, 2011; 2020; Isma, 2022).

As diferenças entre escolas públicas e particulares são acentuadas pelas condições de educação nas áreas rurais, onde o acesso à educação de qualidade é particularmente restrito no Haiti (Action Éducation, 2024).

Problemas de qualidade e reformas.

O sistema educacional haitiano enfrenta problemas recorrentes de qualidade, como a falta de infraestrutura, a falta de recursos didáticos e o treinamento inadequado dos professores. Esses problemas são agravados pelas crises políticas e econômicas que dificultam os esforços de reforma. As iniciativas do Grupo de Trabalho sobre Educação e Formação (GTEF) buscaram melhorias, mas os resultados foram desiguais devido à falta de apoio integrado e coordenação eficaz (Haiti, 2008). É crucial abordar essas deficiências de forma integrada, incluindo a revisão dos currículos, o aperfeiçoamento do formação de professores e o reforço da infraestrutura educacional (Ortiz-Torres, 2013). Dados recentes mostram que 60% dos estudantes abandonam os estudos antes de concluir a educação básica, o que demonstra a urgência de modernizar a infraestrutura escolar e melhorar as políticas educacionais (UNESCO, 2020).

5. Psicologia no Haiti

Chegada da psicologia no Haiti

A psicologia foi introduzida no Haiti nos anos 1960 por profissionais formados na Europa, sobretudo na França, na América do Norte, no Canadá e nos Estados Unidos. Naquela época, a maioria dos profissionais de saúde mental no Haiti eram psiquiatras e neurologistas, enquanto os psicólogos eram raros e raros, especialmente nos setores público e educativo. O modelo etno psiquiátrico de Paris, que incorporava crenças culturais às práticas terapêuticas, e a corrente behaviorista americana, que favorecia uma abordagem mais abrangente e científica, muitas vezes em detrimento das especificidades culturais locais (Jean-Jacques, 2000).

Em paralelo ao surgimento da psicologia como disciplina científica, foram criadas duas universidades públicas no Haiti para ofertar cursos de psicologia. São as faculdades de Etnologia e Ciências Humanas. Jean-Jacques (2000) demonstra que o número de

psicólogos que prestam serviços terapêuticos aumentou significativamente nos anos 80, ao passo que a psicologia permaneceu confinada às universidades por longos períodos.

Contribuições no campo da psicologia no contexto pós-terremoto de 2010

Não foi até três décadas depois, sobretudo no contexto pós-terremoto de 2010, que a psicologia começou a deixar os limites da academia para uma prática mais ampla, atendendo às necessidades das comunidades e das escolas. O terremoto de 2010, ocorrido em 2010, despertou a atenção da psicologia no Haiti. Após o terremoto, houve uma série de contribuições significativas para o progresso do apoio psicológico e da saúde mental no Haiti. Há a criação de novas universidades públicas e privadas no país que oferecem cursos de graduação e mestrado em psicologia, em comparação com o departamento ocidental, na capital, que possuía apenas dois centros universitários estatais no Haiti antes do terremoto, que ofereciam cursos de graduação em psicologia, como a Faculdade de Etnologia e a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

A Universidade Franco-Haitiana do Cabo-Haitiano (UFCH) tem um papel crucial na evolução da psicologia no Haiti, contribuindo para o seu desenvolvimento como disciplina científica e profissional. A UFCH, fundada em 2011, respondeu com rapidez à demanda por formação em saúde mental, focando-se na psicologia e na psicopedagogia. A universidade tem trabalhado para desenvolver as habilidades locais para lidar com os desafios psicológicos específicos do contexto haitiano (Marty-Chevreuril e Numa, 2023).

Outro progresso significativo foi a criação de novas associações psicológicas que atuam no campo da saúde mental. A associação haitiana de Psicologia (AHPSy) foi criada em 2011 com o objetivo de estruturar a prática psicológica no Haiti e promover a psicologia como disciplina científica que atende às necessidades psicossociais da população. A associação tem um papel fundamental na formação constante dos psicólogos haitianos, organizando seminários e conferências, como o primeiro congresso pós-terremoto de 2010, que se concentrou no trauma pós-catástrofe (Jean-Jacques e Clermont-Mathieu, 2013).

Além disso, os progressos científicos permitiram preencher as lacunas apontadas e reforçar o sistema de saúde mental do país. A produção científica no Haiti teve um aumento significativo, como é demonstrado pelo grande número de artigos científicos, livros, relatórios, documentos e investigações científicas focadas em questões locais. Essa

evolução é particularmente notada pelo aumento das publicações sobre psicologia e saúde mental, que enriquecem os conhecimentos teóricos e práticos adaptados ao contexto haitiano.

Vários pesquisadores contribuíram significativamente para a análise da saúde mental, do trauma e dos desafios educativos, fornecendo uma base de dados sólida para orientar a prática e orientar as políticas públicas. Em seu estudo, Pierre et al. (2010) apresentam uma análise aprofundada do estado da saúde mental no Haiti após o terremoto, destacando os principais desafios e lacunas que devem ser preenchidos para melhorar o acesso aos cuidados psicológicos. O aumento da produção científica, com foco nas realidades haitianas, representa um importante passo no desenvolvimento da psicologia como disciplina no país. Não só proporciona uma compreensão mais profunda dos problemas locais, como também permite a adaptação de intervenções mais relevantes e eficazes, tanto no domínio da educação como no setor da saúde.

A influência das crenças tradicionais na prática psicológica

A psicologia era, inicialmente, considerada uma arte esotérica ligada à magia ou ao espiritualismo, e não uma disciplina científica (Jean-Jacques, 2000). De acordo com Pierre et al (2010), a maioria dos haitianos costuma expressar seus sintomas e emoções utilizando termos que não estão de acordo com a linguagem psicológica ocidental.

No Haiti, as crenças tradicionais, como o vudu e outros sistemas de crenças místico-religiosas, têm um impacto significativo na forma como os problemas de saúde mental são percebidos e tratados (Marty-Chevreuril e Numa, 2023). Os autores citam casos em que certas doenças, como o HIV, são atribuídas a forças sobrenaturais, o que torna difícil a aceitação de intervenções psicológicas atuais.

Nesse contexto, os líderes religiosos e espirituais, apesar de estarem ancorados nas crenças tradicionais, também podem desempenhar um papel crucial nos cuidados com os doentes. Em geral, têm a confiança das comunidades, o que os permite atuar como mediadores, mesmo que seus métodos sejam diferentes das abordagens psicológicas modernas. Dada a sua posição, estes líderes podem conquistar a confiança dos pacientes de forma mais rápida do que os profissionais de saúde mental ou as instituições médicas, facilitando o acesso aos cuidados e respeitando as crenças locais (Pierre et al., 2010).

6. Estado atual da psicologia escolar no Haiti

É difícil estabelecer uma discussão formal sobre a psicologia escolar no Haiti, uma vez que a prática da psicologia escolar no Haiti ainda está em desenvolvimento e enfrenta uma

Cadernos da Fucamp, v.37, p.46-85 /2024

série de desafios. A psicologia escolar não está formalmente presente no sistema educativo haitiano. Não há uma legislação ou recursos suficientes para a psicologia escolar. Existem poucas escolas privadas que oferecem psicólogos escolares, e elas estão, geralmente, localizadas nas capitais de cada um dos estados do país. A presença de psicólogos nas escolas é bastante restrita. Ainda não há psicólogos nas escolas públicas. Ainda não há um programa de formação em psicologia escolar disponível. Este conjunto de desafios resulta em diferenças no acesso ao auxílio psicológico e limita a intervenção psicológica nas escolas. Apesar dos inúmeros desafios que enfrenta, é importante reconhecer o seu papel crucial no apoio ao desenvolvimento dos alunos e na resposta às dificuldades socioemocionais e acadêmicas no ambiente escolar.

O início da psicologia escolar no sistema educacional haitiano

A introdução da psicologia no sistema educativo haitiano teve início com a chegada dos primeiros psicólogos formados na Europa ou na América do Norte, alguns dos quais iriam trabalhar no Ministério da Educação Nacional (Jean-Jacques, 2000). Segundo o autor, as iniciativas de sensibilização e os esforços de formação permitiram que alguns psicólogos começassem a trabalhar em instituições de ensino, apesar da situação de escassez de recursos e de profissionais qualificados no país.

A integração efetiva da psicologia no sistema educativo haitiano ocorreu gradualmente no final dos anos 80, embora o seu desenvolvimento tenha sido dificultado por uma série de obstáculos. Um dos principais obstáculos foi a persistência do estigma associado às perturbações psicológicas, que ainda permanece em grande parte da sociedade haitiana (Jean-Jacques, 2000). O autor afirmava que os pioneiros psicólogos tiveram um papel fundamental na introdução dos conceitos modernos da psicologia, especialmente no campo da educação, trabalhando com o Ministério da Educação e participando da implementação de programas escolares. Sua contribuição permitiu que os métodos pedagógicos fossem adaptados às necessidades dos alunos, principalmente através da criação de manuais e da elaboração de currículos.

Avanços Recentes e Perspectivas

Passaram-se cerca de quinze anos desde que a psicologia escolar alcançou progressos significativos no Haiti, apesar de ainda ser recente em relação ao progresso do país. Vários elementos influenciaram a incorporação gradual da psicologia escolar no

sistema educacional haitiano: o aumento das demandas psicossociais, as dificuldades geradas por crises recorrentes e o interesse crescente em abordagens educacionais que focam no bem-estar.

O contexto pós-terremoto aumentou a conscientização nacional sobre a relevância do apoio psicológico nas escolas. As organizações internacionais e as ONG, em conjunto com o governo haitiano da época, criaram as bases para o desenvolvimento da psicologia escolar, ao mesmo tempo em que lançaram programas de apoio psicossocial nas escolas.

Paralelamente, as universidades e institutos haitianos começaram a elaborar programas de formação em psicopedagogia. A Universidade Franco-Haitiana do Cabo-Haitiano lançou um mestrado em psicopedagogia em 2017 e outro em psicologia do desenvolvimento da criança e do adolescente em 2018. Esses programas formam profissionais capazes de atender às complexas necessidades psicológicas e educacionais dos jovens haitianos, especialmente aquelas que dizem respeito ao trauma (Marty-Chevreuril e Numa, 2023). Apesar de se tratar de uma área específica da psicologia escolar, a oferta ainda é limitada em termos de diferenciação entre seus objetivos, abordagens e campos de aplicação.

7. Atuação do Sistema Educacional Brasileiro

O quadro jurídico da educação no Brasil

A Constituição Federal de 1988 marcou um momento crucial na história da educação no Brasil, ao estabelecer o direito à educação escolar como um direito social fundamental. O artigo 5º estabelece a educação como um direito social, assim como a saúde, o trabalho e a segurança. O artigo 205 estabelece que a educação é um direito do Estado e da família, enquanto o artigo 206 estabelece princípios fundamentais para sua implementação, como a valorização dos profissionais da educação, a garantia de condições para o acesso e permanência na escola, bem como a gratuidade do ensino nas instituições públicas (Brasil, 1988). Esses princípios foram fundamentais para a elaboração de um sistema educacional mais inclusivo e equitativo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96)

A Lei nº 9.394/96, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, introduziu uma grande inovação ao estabelecer um sistema único de educação básica no Brasil. Essa lei tinha como objetivo assegurar o desenvolvimento do aluno para o exercício da cidadania e fornecer meios para que ele pudesse avançar tanto no trabalho quanto nos estudos posteriores (Brasil, 1996). Esse conceito de educação básica foi

Cadernos da Fucamp, v.37, p.46-85 /2024

revolucionário, uma vez que a educação no Brasil era marcada por uma exclusão elitista que limitava o acesso ao conhecimento a uma pequena parcela da população (Cury, 2002). A Lei nº 9.394/96 trouxe importantes avanços na democratização da educação no país.

A Estratégia Federal de Cooperação com os Municípios

O governo federal adotou uma estratégia de cooperação com os municípios para implementar o novo sistema de educação básica estabelecido pela Lei no 9.394/96. Essa abordagem exigia que os municípios investissem em educação sob o risco de perder recursos federais. A inspiração para essa política veio das ideias de Anísio Teixeira, que, nos anos 1950, defendia uma educação completa e inclusiva (Cury, 2002). A cooperação federal foi crucial para assegurar que os municípios, particularmente aqueles que historicamente não dedicavam prioridade à educação, se comprometessem com o desenvolvimento educacional.

A Universalização do Ensino Fundamental

Nos anos 1990, o Brasil avançou significativamente na universalização do ensino fundamental, tornando-o obrigatório para crianças de seis a 14 anos, conforme a Lei no 10.172/2001 e o Plano Nacional de Educação 2001-2011 (Brasil, 2001). A idade mínima para a educação aumentou de quatro para 17 anos pela Emenda Constitucional no 59/2009, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Brasil, 2014). A expansão tinha como objetivo assegurar que todos os jovens estivessem matriculados em uma etapa educacional adequada, o que representa um avanço significativo na inclusão educacional.

Democratização e Universalização da Educação

A Emenda Constitucional no 59/2009 representou um importante passo em direção à democratização do acesso ao ensino médio, determinando que todos os jovens entre 15 e 17 anos deveriam estar matriculados em uma etapa educacional. Essa alteração reforçou o compromisso assumido pelo Estado e pela família com a educação de crianças e adolescentes (Silva, 2020). Apesar das melhorias no acesso à educação, o Brasil ainda enfrenta problemas significativos devido às desigualdades socioeconômicas persistentes. (Cury, 2002).

Desafios e Pressão da Rede de Educação Infantil

A pressão das famílias das classes populares para que a rede de educação infantil seja ampliada demonstra uma crescente consciência da importância dessa etapa para o desenvolvimento da criança e para o direito dos pais ao trabalho. A educação infantil foi, historicamente, frequentemente negligenciada, mas a demanda atual mostra uma maior valorização dessa etapa como crucial para a formação da personalidade e o bem-estar das crianças (Cury, 2002). A expansão da educação infantil é considerada uma etapa indispensável para garantir um início de vida educacional mais equitativo.

Acesso ao Ensino Médio e as desigualdades Regionais

Os dados do Censo Escolar e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicam uma diminuição nas diferenças de acesso ao ensino médio entre as diferentes regiões do Brasil. Apesar dos progressos, o acesso à educação ainda não é totalmente igualitário, e há diferenças significativas (Cury, 2002). As desigualdades socioeconômicas ainda afetam o desempenho acadêmico e a permanência dos estudantes no sistema escolar, o que torna imperativo a continuidade dos esforços para assegurar uma educação mais equitativa em todo o país.

As Tensões e a Posição do Direito à Educação na Educação

A ampliação do direito à educação, conforme previsto na Emenda Constitucional no 59/2009, causou uma série de tensões ao demonstrar a necessidade de assegurar a implementação das disposições constitucionais. Apesar de a positividade desse direito ser crucial para a inclusão educacional, é necessário um esforço contínuo para assegurar que este direito seja plenamente cumprido (Chauí, 1989). A supervisão e a adaptação das políticas educacionais são fundamentais para enfrentar os desafios e garantir que a educação seja acessível a todos.

8. A Psicologia Escolar no Brasil

Apreensão Histórica e Desenvolvimento

A psicologia escolar no Brasil evoluiu ao mesmo tempo em que a psicologia como ciência avançou. A disciplina, historicamente, buscou aplicar os conhecimentos psicológicos para resolver problemas de aprendizagem e comportamento dos alunos, oferecendo acompanhamento psicológico (Cassins et al., 2007). Durante várias décadas, o psicólogo escolar utilizou testes psicológicos para avaliar as capacidades e habilidades dos alunos, identificando dificuldades e diagnosticando psicopatologias. Esta abordagem

apresentava um caráter clínico e terapêutico, com o objetivo de "reparar" a criança e "adaptá-la" ao ambiente escolar (Patto, 1997, 2004; Martinez, 2009, 2010).

Crítérios e evolução da Prática

A abordagem clínica e individualista da psicologia escolar causou controvérsias na década de 1980. As críticas enfatizaram a relevância de considerar uma gama mais ampla de fatores que influenciam o fracasso escolar, como o ambiente, os processos educacionais, as práticas pedagógicas, além das dimensões sociais, econômicas e políticas. (Patto, 2004). Dessa forma, as primeiras fases da psicologia escolar no Brasil deixaram uma marca duradoura, contribuindo para a formação da imagem do psicólogo como um interventor voltado principalmente para os alunos considerados "problemáticos", com uma atenção especial voltada para a resolução de crises e para a gestão de conflitos de forma individualizada (Gaspar; Costa, 2011; Dias; Patias e Abaid, 2014).

Práticas Atuais

Ainda é esperada uma abordagem mais clínica e individualizada por parte dos psicólogos escolares, com práticas psicométricas persistentes. A percepção é influenciada pelo progresso histórico da psicologia escolar no Brasil (Dias; Patias; Abaid, 2014). A psicologia escolar se desenvolveu, adotando novas práticas e teorias, com o objetivo de compreender melhor o ser humano, considerando os aspectos históricos, sociais e culturais. O objetivo é superar as práticas exclusivas e incentivar a inclusão. As teorias críticas, como as propostas por Patto (1994), permitiram compreender os desafios presentes no ambiente escolar e adaptar as intervenções às especificidades do contexto educacional (Silva e Souza Junior, 2020; Martinez, 2010).

A abordagem contextualizada e a crítica

Atualmente, o psicólogo escolar concentra sua atuação em todo o ambiente escolar, tendo em vista as crises e as particularidades culturais. Essa abordagem requer uma postura crítica e política, com atenção às necessidades sociais imediatas e adequando as intervenções aos contextos específicos (Silva e Souza Junior, 2020; Martinez, 2010). Andrada (2005) e Patto (1997, 2004) salientam que o psicólogo escolar deve se dedicar não somente à prática, mas também à reflexão sobre os processos educacionais. Afirma-se que os processos educacionais não se limitam ao ambiente escolar, pois envolvem diversas etapas do desenvolvimento humano. Sendo assim, é crucial realizar intervenções gerais e

contextualizadas, envolvendo todos os atores envolvidos nos processos educacionais, como professores, pais, pessoal e alunos.

Desenvolvimento profissional e intervenções

É crucial que os psicólogos escolares defendam os direitos das pessoas e promovam o seu desenvolvimento em um ambiente sem discriminação e dominação. Para serem efetivos, os psicólogos devem se integrar ao contexto educacional específico onde ocorrem os processos de ensino e aprendizagem, compreendendo as particularidades da comunidade que atendem. Estes processos têm como objetivo desenvolver as competências e habilidades dos alunos, com ênfase nos fatores de proteção, promoção da saúde e resiliência (Silva e Souza Junior, 2020; Dias, Patias e Abaid, 2014).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013) define diversas funções para os psicólogos escolares, salientando a relevância de um trabalho interdisciplinar integrado aos contextos educacionais. De acordo com a Resolução 013/07 do CFP, as intervenções dos psicólogos escolares devem ser desenvolvidas em diferentes níveis: promoção, prevenção e tratamento. Essas intervenções devem ser realizadas em uma equipe multidisciplinar, com atualização constante das competências e abertura para novas ideias, mantendo o foco nas necessidades da população atendida (CFP, 2013).

Progressos Legislativos recentes

A Lei no 13.935/2019, promulgada em 2019, estabeleceu a obrigatoriedade da inclusão de psicólogos e assistentes sociais nas instituições de ensino público básico. A presente legislação tem como objetivo aprimorar a qualidade do ensino, o clima escolar e a relação entre famílias e escolas. O Conselho Federal de Psicologia trabalha de forma intensa para a implementação dessa lei. Contudo, há desafios persistentes, sobretudo no que diz respeito à visibilidade e à integração efetiva dos psicólogos nas escolas (CFP, 2019; Moreira e Guzzo, 2014).

9. Reflexões e perspectivas para o desenvolvimento da psicologia no Haiti

A psicologia escolar é uma ferramenta indispensável para aperfeiçoar o apoio aos alunos e aumentar o bem-estar educacional. Esta seção analisa as principais propostas para essa integração, considerando os desafios e as peculiaridades do contexto haitiano.

Contexto e a necessidade de integração

O sistema educacional haitiano enfrenta diversos desafios, tais como a falta de recursos especializados e o reconhecimento limitado da psicologia escolar. A criação de

cargos de psicólogos escolares nos Escritórios Distritais Escolares (BDS) poderia ser uma ferramenta crucial para compreender as dinâmicas escolares e os comportamentos dos alunos. A escola é considerada um espaço onde são construídos e desenvolvidos conhecimentos a partir da problematização e da contextualização da realidade apresentada (Silva e Souza Junior, 2020; Silva, 2020). Esses profissionais poderiam ter um papel relevante na criação de espaços de reflexão crítica e na melhoria das práticas pedagógicas, o que aumentaria a resistência dos alunos e do pessoal educacional, especialmente em um contexto pós-traumático, como o que se seguiu ao terremoto de 2010 (Marty-Chevreuril e Numa, 2023; Pierre, 2016).

Desafios e adaptações ao contexto local

A psicologia escolar no Haiti requer uma adaptação às características culturais, econômicas e sociais do país. As crenças tradicionais, a percepção elitista da psicologia e a falta de recursos são obstáculos significativos a serem superados. Para lidar com esses desafios, especialmente no ambiente escolar, é crucial elaborar abordagens contextualizadas e considerar soluções inspiradas em experiências internacionais, respeitando, ao mesmo tempo, as especificidades locais. A escola é um local onde se criam e desenvolvem conhecimentos a partir da problematização e do contexto da realidade apresentada (Freire, 1979; Moreira e Guzzo, 2014; Patto, 1997).

10. Propostas para a Integração da psicologia escolar no Haiti

Formação, recrutamento do psicólogo escolar e o desenvolvimento profissionais

Para uma integração bem-sucedida, é indispensável contar com programas de formação específicos para psicólogos e profissionais da educação. Esses cursos de formação devem conter módulos adaptados ao contexto haitiano e oferecer oportunidades de crescimento profissional constante. A presença de psicólogos escolares nas escolas ou, pelo menos, nos escritórios educacionais regionais, daria apoio constante aos alunos e ao peso educacional. De acordo com Andaló (1984), a psicologia pode ser entendida como um instrumento de reflexão, um meio de tomar consciência dos papéis desempenhados pelos diferentes grupos dentro da instituição.

A educação neste país não é uma tarefa simples; está relacionada à política, à cultura, à economia e às novas formas de conceber ou desenvolver o espaço escolar (Silva e Souza Junior, 2020). O campo da psicologia educacional deve se articular com uma

instituição educacional haitiana para explorar o ambiente educacional (Ortiz-Torres, 2013; Silva, 2020; Silva e Souza Junior, 2020)

Sensibilização

É crucial sensibilizar os atores educacionais haitianos para a importância da psicologia escolar. É recomendável realizar campanhas de conscientização, debates e projetos de pesquisa para demonstrar os benefícios da psicologia escolar. Além disso, deve-se considerar o envolvimento de profissionais da saúde mental nas escolas para reforçar a conscientização e a aceitação da psicologia escolar.

Para a integração nas Políticas Públicas

O Plano Decenal de Educação e Formação (2020-2030) oferece uma oportunidade relevante para a inclusão gradual da psicologia escolar nas políticas educativas haitianas. O objetivo deste plano é alterar o sistema educacional no Haiti, não apenas aprimorando a qualidade do ensino, mas também reforçando o bem-estar dos alunos e dos professores (Haiti, 2020). No entanto, o UNICEF e o fundo Educação Sem Atraso alertaram recentemente que a crise educacional atual no Haiti pode se agravar, ameaçando se tornar uma verdadeira tragédia para a educação (NATIONS UNIES, 2024). A inclusão da psicologia escolar no Plano Decenal pode desempenhar um papel crucial ao fornecer soluções adequadas aos desafios específicos enfrentados pelo país. Ao integrar essa disciplina, é possível atender de forma mais eficiente às necessidades dos alunos e melhorar a eficiência geral do sistema educacional haitiano.

Parcerias Internacionais

Estabelecer parcerias entre universidades haitianas e brasileiras com o objetivo de desenvolver programas de intercâmbio e formação especializada em psicologia escolar. Essas parcerias poderiam incluir estágios para estudantes haitianos em instituições de ensino brasileiras, o que promoveria a aquisição de habilidades de intervenção e apoio psicológico acadêmico adequadas às realidades locais.

Avaliação e Monitoramento

A implementação efetiva da psicologia escolar no sistema educacional haitiano requer a criação de mecanismos rigorosos de avaliação e monitoramento. São necessários indicadores de sucesso para avaliar o impacto das iniciativas de psicologia escolar. Esses indicadores devem incluir critérios qualitativos e quantitativos para avaliar a eficácia das intervenções, bem como mecanismos para adequar as estratégias de acordo com os

resultados alcançados. Isso permitirá que as estratégias sejam constantemente atualizadas. A necessidade de assegurar e reforçar a formação dos psicólogos em estudos científicos tem sido amplamente discutida ao longo dos últimos 50 anos na região (Ortiz-Torres, 2013).

Abordagem plana e coletiva

A integração da psicologia escolar no sistema educativo haitiano depende do esforço de todos os membros da comunidade educativa haitiana. Ela requer uma abordagem plana e coletiva, considerando as realidades locais e a inspiração de experiências internacionais. Ao implementar as propostas apresentadas, é possível criar um ambiente educacional mais inclusivo e eficaz, o que resultará em um apoio mais completo aos alunos haitianos.

11. Proposta para a melhoria da atuação da psicologia Escolar no Brasil

A psicologia escolar no Brasil ganhou uma relevância significativa com a Lei 13.935/2019, que obriga a presença de psicólogos nas escolas públicas. Contudo, apesar do progresso notável, existem diversos desafios, tais como a distribuição de recursos, a formação dos profissionais e a adaptação às novas realidades educacionais. A fim de aumentar a eficácia da psicologia escolar no Brasil e assegurar um atendimento mais adequado aos alunos e ao pessoal educativo, diversas ações podem ser consideradas.

Reforço de Formação Continuada dos Psicólogos Escolares

É crucial desenvolver programas de formação contínua para os psicólogos escolares, de acordo com as necessidades evolutivas dos alunos e dos professores. Os programas devem contemplar as pesquisas mais recentes em psicologia escolar, bem como ferramentas para lidar com problemas contemporâneos, tais como a saúde mental pós-pandemia, o cyberbullying e as novas dinâmicas sociais. Uma formação contínua permitiria aos psicólogos manterem-se atualizados com as melhores práticas e apoiar de forma mais eficaz os alunos em dificuldades.

Ampliação da presença dos psicólogos nas Escolas Públicas

Apesar de a lei exigir a presença de psicólogos nas escolas públicas, ainda há diferenças no acesso a esses serviços, sobretudo nas áreas rurais ou economicamente desfavorecidas. A proposta é aumentar a cobertura de psicólogos escolares nessas regiões, aumentando o número de profissionais e melhorando a distribuição de recursos. Isso

permitiria um acesso mais igualitário aos serviços de apoio psicológico para todos os alunos, independentemente da sua localização geográfica.

Integração de programas de apoio psicológico para os professores

Em geral, os professores enfrentam situações de estresse que afetam o seu bem-estar e a sua capacidade de ensinar de forma otimizada. Para melhorar a qualidade de vida no trabalho e assegurar um ambiente mais estável para os alunos, é recomendável implementar programas de apoio psicológico para os professores. Esses programas poderiam incluir sessões de gerenciamento de estresse, conselhos para resolver conflitos e apoio individual, se necessário.

Uso das tecnologias para apoio à distância

Para enfrentar as dificuldades de acesso aos psicólogos em algumas regiões, propõe-se aproveitar as tecnologias digitais, criando plataformas online para que alunos e professores possam consultar psicólogos à distância. Essas consultas virtuais seriam uma boa opção nas áreas que não são atendidas e permitiriam a continuidade dos serviços psicológicos em situações em que a presença física de um psicólogo não é possível.

Reforço das pesquisas sobre a eficácia das intervenções psicológicas escolares

É indispensável incentivar a realização de pesquisas mais aprofundadas sobre o impacto da psicologia escolar no Brasil. Estudos longitudinais que medissem os efeitos das intervenções psicológicas sobre o bem-estar dos alunos, seu desempenho acadêmico e a diminuição da violência escolar seriam particularmente úteis. Essas pesquisas permitirão demonstrar cientificamente os benefícios da psicologia escolar, bem como promover sua expansão de forma justificada e sustentável.

Considerações Finais

O presente artigo analisou os desafios e oportunidades relacionados à integração da psicologia escolar no sistema educacional haitiano, com base na experiência brasileira e, ao mesmo tempo, oferecendo perspectivas fortalecedoras para o contexto brasileiro. A pesquisa revelou que a psicologia escolar ainda não é reconhecida no Haiti, onde as instituições de ensino não dispõem de psicólogos escolares, ao contrário do Brasil, cuja lei 13.935/2019 exige a presença desses profissionais. Os dois países enfrentam desafios parecidos, como a necessidade de reforçar a educação como uma ferramenta fundamental para o progresso social, cultural e econômico.

A análise demonstrou a relevância de adequar as estratégias de integração da psicologia escolar às especificidades culturais, econômicas e sociais locais. Modelos
Cadernos da Fucamp, v.37, p.46-85 /2024

estrangeiros, como os do Brasil, podem fornecer orientações úteis, mas é crucial adequar essas abordagens para responder às particularidades únicas do Haiti.

Diversas ações são recomendadas para promover uma integração satisfatória da psicologia escolar no Haiti. É importante investir na formação específica de psicólogos escolares, sensibilizar os envolvidos educativos para os benefícios desta disciplina, incentivar a pesquisa e os projetos adaptados ao contexto haitiano, elaborar uma legislação e criar infraestruturas adequadas para apoiar a psicologia escolar no Haiti.

O Plano Decenal de Educação e Formação (2020-2030) é uma oportunidade relevante para que a psicologia escolar seja inserida gradualmente nas políticas educacionais haitianas. O objetivo deste plano, que tem como objetivo transformar o país em uma nação emergente até 2030, pode se beneficiar significativamente da inclusão da psicologia escolar para aperfeiçoar o suporte psicológico nas escolas e enriquecer o sistema educacional.

Em suma, diante dos desafios do sistema educacional haitiano e das dificuldades enfrentadas pelos alunos, a presença de psicólogos escolares pode desempenhar um papel relevante na reorientação do sistema educacional. Ao se inspirar nas experiências internacionais e, ao mesmo tempo, respeitar as especificidades locais, é possível desenvolver soluções adaptadas que aumentarão a satisfação dos alunos e contribuirão de forma positiva para o progresso do sistema educacional haitiano.

REFERENCIAS

ABRAHAM, Jacques. L'école haïtienne et la question du bien-être scolaire : **hal-04593341**. 2020. Disponível em: <https://hal.science/hal-04593341> Acesso em: 20 set. 2024

ACTION ÉDUCATION. École : vecteur de changement social en Haïti. 2024. Disponível em: <https://action-education.org/nos-projets-education/ecole-vecteur-de-changement-social-haiti/>. Acesso em: 05/08/2024

ANDALÓ, Carmem Silvia de Arruda. O papel do psicólogo escolar. Psicologia: **Ciência e profissão**, v. 4, p. 43-46, 1984. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98931984000100009> Disponível em <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v4n1/09.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024

ANDRADA, Edla Grisard Caldeira de. Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar. Psicologia: **reflexão e crítica**, v. 18, p. 196-199, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000200007> . Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/prc/a/fsyKnWZcGR78wdVGNVscVFF/?lang=pt> Acesso em: 15 set. 2024

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: **Centro Graphique**, 1988.

BRASIL. Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, **Edição 240**, Seção 1, p. 7, 12 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da [República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2022.

CASSINS, Ana Maria; PAULA JUNIOR, E. E.; VOLOSCHEN, Fabíola Deconto. Manual de psicologia escolar–educacional. Curitiba: **Gráfica e Editora Unificado**, v. 21, 2007.

CFP. Referências técnicas para atuação de Psicólogos (os) na educação básica – 1.ed. In: XV Plenário, **CFP**, Brasília, 2013.

CFP. Referências técnicas para atuação de Psicólogos (os) na educação básica – 2.ed. In: XVII Plenário, **CFP**, Brasília, 2019.

CHAGAS, Julia Chamusca; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Psicologia escolar e gestão democrática: atuação em escolas públicas de Educação Infantil. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, p. 35-43, 2013.

DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572013000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/Vk3yTKSRG3Q7TF3jv6TMpFh/> Acesso em: 23 set. 2022

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. 4. ed. São Paulo. **Cortez**, 1989.

CHERY, Johnson. Penser le décrochage scolaire en Haïti. Formation des adultes, Formateur, Chargé de Cours, **CFEF** – jun. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/39906631/Penser_le_d%C3%A9crochage_scolaire_en_Haiti. Acesso em 15 set. 2024

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 23, p. 168-200, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000010> Acesso em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Hj6wG6H4g8q4LLXBcnxRcxD/?lang=pt>

DIAS, Ana Cristina Garcia; PATIAS, Naiana Dapieve; ABAID, Josiane Lieberknecht Wathier. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: Algumas reflexões. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, p. 105-111, 2014.

DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572014000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kFwV6k4ThTqNSNpp6NYmPft/?lang=pt> . Acesso em 22 set. 2022

FERNANDES, Ana Gabriela Nunes. Atuação do psicólogo escolar: Definindo passos e consolidando espaços. Curitiba: **Appris**, 2016

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo: **Paz e Terra**, 1979.

GASPAR, Fernanda Drummond Ruas; COSTA, Thaís Almeida. Afetividade e atuação do psicólogo escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 15, p. 121-129, 2011.

DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572011000100013>. Acesso em 22 Agosto 2022

HAITI. Constitution de la République d'Haïti. 1987, modifiée en 2011. Art. 32. Disponível em: <http://omrh.gouv.ht/Media/Publications/1-Constitution/Constitution1987.pdf>. Acesso em: 07 set. 2024.

HAITI. Groupe de Travail sur Education et de Formation. *Relatório sobre as reformas educacionais no Haiti*. Port-au-Prince, 2008.

HAITI. Loi sur le Système Éducatif National. Loi no 87-002 du 12 octobre 1999. Disponível em: <https://www.menfp.gouv.ht/loi-système-éducatif-national>. Acesso em: 08 set. 2024.

HAITI. Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle (MENFP). *Système de Gestion des Écoles, Enseignants, Élèves (SIGEE)*. Port-au-Prince: **MENFP-USI**, Disponível em : <https://sigeee.menfp.gouv.ht/census/dashboard/eleve> . Acesso em: 5 set. 2024.

HAITI. Ministère de L'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle. *Plan Opérationnel 2010-2015 : des recommandations du Groupe de Travail sur l'Éducation et la Formation*. Port-au-Prince : **MENFP**, 2011

HAITI. Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle. Déclaration d'écoles, d'élèves et d'enseignants. Port-au-Prince : **MENFP-USI**, 2023. Disponível em: <https://sigeee.menfp.gouv.ht/census>. Acesso em: 12 set. 2024.

HATI. Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle. *Plan Décennal d'Éducation et de Formation (2020-2030)*. Port-au-Prince : MENFP, 2020.

ISMA, Ruben. L'abandon scolaire en Haïti : causes et conséquences. **Le Courrier de la nation**. Disponível em: <https://www.lecourrierdelanation.com/idees-et-opinions/article/2022/06/24/l-abandon-scolaire-en-haiti-causes-et-consequences>. Acesso em: 15 jan. 2023.

JEAN JACQUES, Ronald; CLERMONT-MATHIEU, Marjory. La Santé mentale en Haiti après le 12 janvier en Haiti : traumatismes, approches et traitements. Port-au-Prince. **Édition de l'Université d'État d'Haïti**. 2013.

JEAN-JACQUES, Ronald. Psicología y Sociedad Haitiana. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology** 2000, v. 34, n. 2, p. 199-209, 2000. Disponível em: <https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/801/694> Acesso em: 12 janeiro 2023

JOINT, Louis-Auguste. Sistema educacional e desigualdades sociais no Haiti: o caso das escolas católicas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2, p. 181-191, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rref.861>. Acesso em: 23 março 2023

MARTINEZ, Albertina Mitjás. O que pode fazer o psicólogo na escola? *Em Aberto, Brasília*, v. 23, n. 83, p. 39-56, 2010. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2456/2194>. Acesso em: 15 set. 2023

MARTINEZ, Albertina Mitjás. Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. *Psicologia escolar e educacional*, v. 13, n.1, p. 169-177, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572009000100020>. Acesso 6 out. 2024

MARTY-CHEVREUIL, Alexandra; NUMA, Wander. Former les psychologues haïtiens de demain: Le cas de l'Université Franco-Haïtienne du Cap-Haïtien. *Haïti Perspectives*, v. 8, n. 1, p. 39-44, 2023. Disponível em: <https://hal-emse.ccsd.cnrs.fr/AAE-REVISTA/hal-04514813v1>. Acesso em: 06 ot. 2024.

MÉNARD, Évelyne Trouillot. L'éducation en Haïti: inégalités économiques et sociales et question de genre. La femme dans l'enseignement supérieur. *Haïti perspectives*, v. 2, n. 3, p. 35-39, 2013. Disponível em: <https://mouka.ht/document/leducation-en-haiti-inegalites-economiques-et-sociales-et-question-de-genre-la-femme-dans> Acesso em: 6 out. 2024

MOREIRA, Ana Paula Gomes; GUZZO, Raquel Souza Lobo. O psicólogo na escola: um trabalho invisível? Gerais: *Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 7, n. 1, p. 42-52, 2014. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-82202014000100005&script=sci_arttext Acesso em 6 out. 2024

NATIONS UNIES. Haïti : l'ONU alerte sur la crise éducative en cours. Nations Unies Actualités, 19 juillet 2024. Disponível em : <https://news.un.org/fr/story/2024/07/1147391>. Acesso em: 8 set. 2024.

ORGANISATION DES NATIONS UNIES POUR L'ÉDUCATION, LA SCIENCE ET LA CULTURE (UNESCO). L'abandon scolaire, un phénomène chronique en Haïti. *IIPP UNESCO*. Disponível em: <https://www.iiiep.unesco.org/fr/labandon-scolaire-un-phenomene-chronique-en-haiti-13486>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ORTIZ-TORRES, Blanca. Estado actual y posibilidades futuras de la psicología en cuatro países del Caribe: Puerto Rico, Cuba, República Dominicana y Haití. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, v. 47, n. 2, p. 239-243, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/284/28430082008.pdf> Acesso em: 6 out. 2024

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: **Casa do Psicólogo**, 2004.

PATTO, Maria Helena Souza. *Introdução à psicologia escolar*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

PIERRE, Andrena et al. Culture et santé mentale en Haïti: une revue de littérature. **Santé mentale au Québec**, v. 35, n. 1, p. 13-47, 2010. DOI: <https://doi.org/10.7202/044797ar>. Disponível em: <https://id.erudit.org/iderudit/044797ar> Acesso em: 09 set. 2024.

PIERRE, Delima. *Constitutions, lois et éducation en Haïti 1811 – 2011*. 2. ed. Editions Mémoire, 2014.

PROSPERE, Renel et al. Um olhar sobre a educação no primeiro Estado Afro-Ameríndio da América: o Haiti. **HOLOS**, v. 4, p. 401-412, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481554867034> Acesso em: 6 out. 2024.

SILVA, Monica Ribeiro da. Ampliação da obrigatoriedade escolar no Brasil: o que aconteceu com o Ensino Médio? **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.28, n.107, p. 274-291, abr./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701953> . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/mqfqFrxbKWWpcjhwrGNqsgn/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 08 nov. 2024.

SILVA, Pedro Antônio Borges; SOUZA JUNIOR, João Camilo. Psicologia escolar: reflexões sobre os desafios na atuação profissional. **Cadernos da Fucamp**, v.19, n.37, p.45-59. 2019. Disponível em <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2055/1286> Acesso em: 07 nov. 2024

UNESCO. *Réponse au tremblement de terre en Haïti et impact sur le système éducatif*. 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000186642_fre, acesso em: 08 set. 2024.

ZANELLA, Andréa Vieira. Zona de desenvolvimento proximal: análise teórica de um conceito em algumas situações variadas. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 97-110, ago. 1994. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000200011&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 08 nov. 2024.